

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

JAQUELINE SCHNEIDER

**ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: REINVENTANDO A
ESCOLA E A HUMANIDADE**

**SÃO PAULO
2014**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO**

JAQUELINE SCHNEIDER

**ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: REINVENTANDO A
ESCOLA E A HUMANIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado a Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia, como exigência parcial
para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo – PUC/SP.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marisa Del Cioppo
Elias

**SÃO PAULO
2014**

Dedico este trabalho a todos aqueles que, como eu, acreditam que é possível recriarmos nossas relações com a natureza e com as outras pessoas, superando a visão utilitarista de animais e de seres humanos e, comunitariamente, gestando novas formas de educar e de viver dentro de um compromisso ético, sustentável e de um círculo amoroso e transformador.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos caminhos que andei, pois percorrê-los me fez a mulher que sou
hoje.

E a minha orientadora, pela paciência, comprometimento e presença amorosa.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, até que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire

RESUMO

SCHNEIDER, Jaqueline. **Escolas Sustentáveis: reinventando a escola e a humanidade**. 2014. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2014.

A compreensão de desenvolvimento herdada pelos nossos antepassados e ainda vigente nas sociedades atuais trouxe à humanidade o dilema de mudar ou extinguir-se. Ao contrário do que se pensava, os recursos do planeta Terra são finitos e, portanto, é imprescindível a invenção de novos paradigmas de desenvolvimento econômico que respeitem a terra e os seus ecossistemas, bem como as futuras gerações. Tal mudança de paradigma passa necessariamente pela educação e pela reinvenção da escola rumo ao que se compreende por Escola Sustentável. Partindo das vivências pessoais e profissionais da autora, bem como de intensa pesquisa bibliográfica, definiu-se como objetivo geral da pesquisa a observação da prática ambiental de determinada escola e, como objetivos específicos a reflexão sobre as implicações de modelos insustentáveis de escola e sociedade por meio de um paralelo entre o estilo de vida consumista da sociedade atual, a insustentabilidade planetária e a urgência de reinventar-se as escolas a fim de que se tornem escolas sustentáveis e, conseqüentemente, fonte de novas práticas na sociedade. A pesquisa constatou um real distanciamento entre a prática ambiental da comunidade escolar observada e o compromisso com uma educação para a sustentabilidade mostrando a urgência de se despertar nas escolas, educadores e educadoras o compromisso com a reinvenção da escola e da humanidade, por meio da troca amorosa que religa um ser ao outro ser e refaz a teia da vida. Escola Sustentável é a escola que se sonha.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade, Escola Sustentável, Alfabetização Ecológica.

ABSTRACT

SCHNEIDER, Jaqueline. **Sustainable schools: reinventing school and humanity**. 2014. 54f. Completion of course work. Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2014.

The development comprehension inherited by our ancestors and still valid in nowadays societies brought to humanity the dilemma of changing or becoming extinct. Instead of what was thought, planet Earth resources are finite and the creation of new economic development paradigms that respect earth and its ecosystems as well as future generations is, therefore, essential. This paradigm change goes mandatorily through education and through a school reinvention towards what is known as the Sustainable School. Starting from the author's personal and professional experiences, as well as from an intensive literature research, the general goal was defined as the observation of environmental practices in a particular school, and specific goals were the reflection on the implications determined by unsustainable school and society models through a comparison between consumerist life style of the contemporary society, earth unsustainability and the urgency to reinvent schools in a way to become sustainable schools and, consequently, a source of new society practices. The research found a real detachment between environmental practices developed in the observed school community and the commitment with education for sustainability, showing the urgent need to awake schools and educators to the commitment to school and humanity reinvention, through the loving exchange that connects one being to another and remakes the life net. The Sustainable School is the dream school.

Key-words: Sustainability, Sustainable School, Ecological Literacy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 SUSTENTABILIDADE PARA QUE?.....	14
1.1 Fragmentos.....	14
1.2 Da “vida em comunidade” para “amontoados urbanos”.....	15
1.3 Da espoliação à sustentabilidade – a busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico.....	16
1.4 Definindo Sustentabilidade.....	20
2 DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E EDUCAÇÃO NA SUSTENTABILIDADE: RETOMANDO OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	24
2.1 Educação Ambiental, como tudo começou?.....	24
2.2 Educação Ambiental no Brasil.....	28
3 A ESCOLA DO MUNDO AO AVESSE.....	33
3.1 Que escola é essa? Do currículo formal ao currículo oculto da Escola do Mundo ao Averso.....	33
3.2 Sobre a insustentabilidade da Escola do Mundo ao Averso.....	35
3.2.1 Desvelando práticas insustentáveis – o E.V.A nosso de cada dia..	36
3.2.2 Copos descartáveis, cultura do descarte.....	36
3.2.3 Sobre a água e a energia.....	37
4 ESCOLAS SUSTENTÁVEIS: REINVENTANDO A ESCOLA E A HUMANIDADE.....	39
4.1 A urgência da reinvenção da escola – reinventando paradigmas.....	39
4.2 Operacionalizando a Sustentabilidade Ecológica.....	40
4.3 Como é afinal uma Escola Sustentável?.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	51

INTRODUÇÃO

Conheci com meu pai a nascente de rios e aprendi com ele a importância de proteger aquelas águas. Aprendi com minha mãe a plantar moranguinhos, a reconhecer suas flores e a alimentar-me de forma colorida, pois, ela dizia: “Quanto mais colorido for o teu prato, mais saudável ele será” e “Tu és o que tu comes”. Com minha avó conheci os usos de plantas medicinais e a chamar as flores pelo nome: margarida, azaleia, camélia, rosa, cravo, hortênsia, sempre viva e tantas outras. E foi o Movimento Escoteiro que refinou uma relação de respeito, amor e parceria com a terra, relação essa que já existia no meu coração.

Escalei (ou pelo menos tentei escalar) as árvores do quintal da minha casa. Das já suntuosas nogueiras (plantadas pelo meu pai no início da década de 70), aos deliciosos pés de caqui, sem esquecer, é claro do robusto ingazeiro. Da frágil macieira ao carregado pé de nectarina. Depois da escola, chacoalhei cuidadosamente os limoeiros, as bergamoteiras e as laranjeiras para fazer suco fresquinho para minha família antes do almoço. Comi abacate, batido com limão e açúcar, tudo direto do quintal da casa da minha avó. Com minhas amigas, visitei os parreirais da vizinhança e que alegria ao ganhar um pão com geleia de uva.

Nas minhas tantas incursões infantis, conheci a beleza da romã, maravilhei-me com a flor de maracujá, colhi rabanete, cenoura, chuchu, beterraba, mandioca, cana de açúcar, batata doce, amendoim, abóbora e o inesquecível e delicioso milho da horta da minha casa. Provei uva japonesa com a minha avó, ameixinha com meu tio, com a minha irmã “catei” framboesa madura no quintal. Acompanhei o crescimento das mangueiras e do taquaral, provei ariticum e durante muitos anos, as peras coloriram entre o verde e amarelo o quintal da minha infância. Época essa, marcada por um mutirão familiar a fim de descascá-las e transformá-las na tradicional “Schmier de pera” que nos acompanharia o ano inteiro. Aprendi a plantar “o pinheirinho de Natal” com meu pai e com a minha mãe conheci a guabirobeira, o sete capotes, a uvalha e o angico vermelho no que restava de mata nativa nas proximidades de minha casa. Brinquei com meus irmãos e primos à sombra do butiazeiro e

me ensinaram a quebrar o coquinho do butiá para comer sua minúscula castanha. Embalei-me (a contragosto de minha mãe) nos longos galhos do pé de chorão, reguei o pinheirinho americano plantado pelo meu pai, aprendi a reconhecer que, apesar dos passarinhos comerem as sementes do cinamomo, elas são tóxicas para os seres humanos e que foram eles, os pássaros, que na realidade plantaram o cocão, o guabiju e o camboatá. Na sede escoteira conheci o majestoso plátano, que em cada outono nos presenteava com um tapete de folhas coloridas. Lembro-me de não olhar com bons olhos as plantações de eucalipto que, ao poucos, passavam a ocupar o lugar da vegetação nativa. Nos acampamentos do meu Grupo Escoteiro “Guardiões da Nascente” conheci a araucária, a pinha e o pinhão, me cortei em “unha de gato”, intriguei-me com a espinhosa “mamica de cadela” e brinquei com o “dorme-dorme”. Aprendi, enfim, que uma vida saudável e harmoniosa está diretamente relacionada com a relação que estabelecemos com o nosso quintal ou jardim, com a nossa família e amigos, enfim com a nossa casa terra.

Cresci e também cresceu a mecanização agrícola. O uso de defensivos (pesticidas) tanto nas hortas caseiras quanto nas emblemáticas monoculturas: trigo, soja, milho, entre outros. Escassearam-se os peixes nos rios enquanto nos seus leitos multiplicaram-se os recipientes de defensivos agrícolas. Plantio direto, transgenia das plantas para melhorar a produtividade, desmatar para plantar pasto para o gado e para abrir novas frentes agrícolas Brasil afora, primeiro no sul, depois no centro oeste e nem a Amazônia ficou de fora.

Cresci e também cresceu o apelo consumista a crianças, jovens, adultos e idosos. Cessou o vozerio dos pequenos nas ruas, agora tomadas pelos carros, pela sua preta fumaça e barulhentas buzinas. As brincadeiras de roda e de bola deram lugar aos jogos de computador, ao vídeo game e I-tudo (I-Pads, I-Pods, etc).

Cresci e, ao crescer, cursei Teologia e atuei no pastorado em diferentes regiões do país, entre elas a Amazônia. E foi ela que me apresentou um novo mundo. Um mundo de águas coloridas, de melodiosos pássaros e maravilhosos animais que habitavam a sagrada floresta. Foi com um sábio mateiro que aprendi valiosas lições: nunca passar perto da grande castanheira em época de ouriço maduro (até os animais sabiam disso e mudavam sua rota

para evitar o perigo), como diferenciar “árvore de pau” da árvore frutífera. Apaixonei-me pelo aroma e sabor do cupuaçu, tornei-me fã da tucumã. Foi no quintal de minha casa na Amazônia que conheci o cacauzeiro, o cajuzeiro, o jameleiro, o buritizeiro, o urucunzeiro. Foi lá que descobri o verdadeiro sabor da castanha, saída do quintal, bem como o inigualável frescor do açaí. Aprendi a chamar os peixes pelo nome, a diferenciar o tucunaré do tambaqui, a reconhecer uma raia do rio Negro, o pacú, o balé dos botos no horizonte das águas.

O tempo passou e, como na infância, incursionei por novos caminhos. Passei a trabalhar na Educação Infantil, visitei a casa da Pedagogia e deparei-me com a necessidade de pensar e gestar comunitariamente uma escola caminho de sustentabilidade. Uma escola que escute os gritos da Terra. Que ajude a conscientizar o sujeito aluno, aluno sujeito, acerca de sua relação de dependência amorosa com o meio em que vive, seja em caráter micro (escola, casa, cidade) ou macro (Estado, país, planeta).

A terra violentada pela ganância e equívoco humano, já denunciada por pelo cacique Seattle¹ não parou de sangrar. Sangra a cada novo material que é produzido sem preocupação ambiental. Sangra com as fraldas descartáveis que sobreviverão até a quarta ou quinta geração de uma criança que a essa altura fez-se bisavô e a terra tornou. Sangra no uso de EVA, isopor, nas colas testadas em animais. Sangra quando a criança aprende que comprar algo pronto é mais interessante do que construir algo junto.

Portanto, tendo como ponto de partida minhas vivências tanto na área pessoal como profissional (Pastorado) e um novo contexto de atuação profissional, a saber, o de uma conceituada escola bilíngue na cidade de São Paulo, atuando na Educação Infantil e, observando a prática ambiental da mesma, ousou perguntar: Que ser humano estamos formando, considerando a prática ambiental de nossas escolas? Tal pergunta norteadora pretende trazer para o plano consciente, práticas corriqueiras de determinada escola, bem como alertar para suas consequências, além de despertar para uma nova maneira do ser humano posicionar-se no mundo.

¹ Referência à carta escrita em 1855 pelo cacique Seattle ao presidente dos *Estados Unidos Francis Pierce*. Carta disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/seattle1.htm>

A presente pesquisa teve, portanto, como objetivo geral observar a prática ambiental de determinada escola e como objetivos específicos refletir sobre as implicações de modelos insustentáveis de escola e sociedade por meio de um paralelo entre o estilo de vida consumista da sociedade atual e a insustentabilidade planetária e a urgência de reinventarmos a escola a fim de que se tornem escolas sustentáveis e, conseqüentemente, fonte de novas práticas na sociedade.

Pensar Sustentabilidade é uma real demanda da sociedade atual, uma vez que o consumo desenfreado acarreta o fim das possibilidades de renovação da terra, e o fim mesmo do ser humano. Educar significa empoderar o ser humano para recriar o exercício de sua própria humanidade, possibilitando-lhe reconhecer a estrutura de dominação em que está inserido, bem como todas as conseqüências de uma sociedade alicerçada no consumismo.

Esperamos que o presente estudo traga contribuições significativas na área da educação, desvelando as práticas consumistas que perpassam a escola e, buscando modelos alternativos comprometidos com uma educação crítica, ética e libertária do ser humano no caminho da sustentabilidade. A pesquisa é composta por quatro capítulos. No primeiro capítulo é feita uma aproximação à relevância da temática da pesquisa por meio do resgate da história de crianças e adolescentes que vivem no e dos lixões das cidades. Em seguida aborda-se o fracasso e a insustentabilidade do modelo de sociedade atual por meio de um retrospecto histórico que culmina por apontar para a necessidade premente de um novo modelo de desenvolvimento econômico que respeite o planeta, seus habitantes e seus recursos. No primeiro capítulo busca-se ainda a definição do termo sustentabilidade, a partir do seu surgimento no Relatório Brundtland e visitando conceitos de pesquisadores e pensadores como Ignacy Sachs, Leonardo Boff, Loures, entre outros, estabelecendo conexões entre modo de vida, desenvolvimento econômico e desenvolvimento sustentável.

No segundo capítulo primei por tecer a relação entre sociedades sustentáveis e educação na sustentabilidade, resgatando num primeiro momento o histórico do aparecimento da temática da Educação Ambiental no

cenário internacional e, posteriormente o surgimento e a regulamentação da Educação Ambiental na legislação brasileira, por meio da Constituição Federal, além de vislumbrar os Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente e Saúde (1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Temas Transversais (1998) e a Lei Nº 9795 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

O terceiro capítulo partiu da observação da prática dos alunos e alunas de uma escola de São Paulo no tocante a questão ambiental, revelando a relação entre currículo formal e currículo oculto na formação dos e das estudantes, bem como a manutenção de práticas ambientais insustentáveis e inquietantes.

O quarto capítulo abre uma janela para o vislumbramento de novas possibilidades no âmbito educacional ao propor a reinvenção da escola e da humanidade por meio do que a autora convencionou chamar de Escolas Sustentáveis. Para tanto incursiona-se por novos caminhos, buscando na Ecopedagogia e na Alfabetização Ecológica de Capra a reinvenção de paradigmas que sábia e humildemente respondam às demandas da educação e da sociedade na atualidade.

1 Sustentabilidade para quê?

1.1 Fragmentos

Na madrugada de 30 de julho, Carlos José da Silva Santos, 12 anos, dormia no lixão de Maceió quando foi atropelado por um trator e morreu na hora. Segundo familiares do garoto, ele teria trabalhado a noite inteira catando lixo, à revelia dos pais, e não conseguiu voltar para casa por causa do cansaço. O motorista do trator informou, em depoimento, que o local não possuía iluminação, e que o garoto estava coberto por papelões. A prefeitura alega que o acidente foi uma fatalidade.²

Era uma estrada secundária em Goiás, onde, sob um belíssimo pôr-do-sol, até onde a vista alcançava, não se via uma árvore sequer. Na contraluz vermelho-alaranjada, uma colheitadeira funcionava sem operador, controlada remotamente via satélite. Na beira da estrada, uma menina de cinco anos, miseravelmente coberta de trapos, observava a máquina maravilhosa.(ALMEIDA, 2007, p.01 e 02)

(...) Kailane da Conceição Silva, que catava um batom quando a abordamos, ajuda a mãe a fazer a separação do lixo. Caçula de seis irmãos, a garota cursa a 7ª série na escola do Rotary Clube, no bairro Santo Antonio, e é a única que estuda na casa. Segundo ela, até a 4ª série, as crianças que moram no lixão estudam na fazenda Duas Barras, situada próximo ao local. Perguntamos à garota como ela faz para se deslocar até o bairro onde estuda. Para nossa surpresa, descobrimos que não existe nenhum veículo que faça o transporte de estudantes do lixão para o centro da cidade. Ou seja, o percurso de cerca de sete quilômetros é feito através de carona nos caminhões de lixo ou a pé. No caso de Kailane, o irmão tem uma motocicleta e a leva para a escola todos os dias. Bonita e desinibida, a adolescente garante que não tem problemas em dizer onde mora. Questionamos se já sofreu algum tipo de preconceito. "Direto", responde, sem hesitar, de cabeça baixa. "Me chamam de lixeira. Um dia, contei para o meu irmão e ele foi lá, conversou com a diretora. Mas não teve jeito. Continuam falando. Fico quieta. Não ligo mais", relata. O preconceito imposto pela exclusão social, e os obstáculos que desde cedo ela é obrigada a enfrentar, não desanimam Kailane, que tem um sonho: "Quero ser médica". (NASCIMENTO, 2012)

Conhecemos no dia 24 a dura realidade das crianças do lixão de Niterói que residem no entorno, levadas pelos pais que trabalham como catadores e precisam do lixão para sobreviver. A história daquelas crianças é tão dura, tão sofrida que um anjo foi até lá para salvar os pequenos, já que não suportava viver sua vida enquanto aquelas crianças eram largadas no lixo, crescendo na miséria, algumas se tornando criminosos ou retornando ao lixão... isso era demais para Dona Edith, ela precisava fazer alguma coisa... (...) Hoje as crianças são amparadas pela instituição, claro que possuem suas dificuldades e deficiências, mas de forma alguma se comparam ao

² Fonte UOL Notícias. Disponível em: <http://www.fnpeti.org.br/destaque/mpt-pede-indenizacao-por-morte-de-crianca-no-lixao-de-maceio>. Acesso em 23/09/13.

passado onde eram encontradas brigando com urubus por pedaços de carne ou impregnadas por sujeira e não sabiam o que era um vaso sanitário³. (REDE E-SOLIDÁRIO, 2012)

“Caminhar é um perigo e respirar é uma façanha nas grandes cidades do mundo ao avesso. Quem não é prisioneiro da necessidade é prisioneiro do medo: uns não dormem por causa da ânsia de ter o que não têm, outros não dormem por causa do pânico de perder o que têm. O mundo ao avesso nos adentra para ver o próximo como uma ameaça e não como uma promessa, nos reduz à solidão e nos consola com drogas químicas e amigos cibernéticos. Estamos condenados a morrer de fome, morrer de medo ou a morrer de tédio, isso se uma bala perdida não vier abreviar nossa existência.” (GALEANO, 2000)

1.2 Da “*vida em comunidade*” para “*amontoados urbanos*”

Alimentar-se, vestir-se, morar, locomover-se estão entre as necessidades básicas dos seres humanos. O desafio é que não somos mais tão básicos assim. Muito além das necessidades básicas, o processo de industrialização, o advento da ciência e da tecnologia e um modelo econômico orientado na oferta e procura originaram um novo *modus vivendi*. Modo de vida esse que se caracteriza por estar mais alicerçado no desejo (criado) do que na necessidade⁴.

O resultado dessa combinação: desejo de consumo = modo de vida, é desastroso. Mais do que isso, é comprovadamente inviável, ou seja, insustentável.

Salvo algumas iniciativas de consumo politizado (Micheletti, 2003) o ser humano continua entoando o *mantra do consumo voraz*, sob a regência do sistema econômico ocidental, cujo perigo, já em 1955 alertou o economista Victor Lebow, ao afirmar:

“Nossa economia produtiva requer que o consumo se torne nosso modo de vida, a convertermos o ato de comprar e usar bens como rituais, que tenhamos satisfação pessoal e espiritual ao consumirmos. Precisamos consumir, queimar, substituir e descartar em uma velocidade muito rápida.”

⁴ Para aprofundar-se na temática sugere-se a leitura de PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Editora Cortez, São Paulo, 2010 pp. 21-38.

Ao mesmo tempo em que o ser humano consome, ele se *empilha*. Ou seja, de pequenas comunidades agrárias de subsistência, a sociedade moderna experimenta o crescimento das cidades, fruto do êxodo rural. Ao abandono do campo, segue-se o inchamento das cidades, marcado pelos aglomerados humanos, pelo crescimento desordenado das mesmas, pela pobreza e o caos. Mundo afora os seres humanos interferem na paisagem terrestre, ocupando sob a “equivocada lógica do desenvolvimento” o que antes era o lugar dos rios⁵, da mata e da flora e fauna silvestres.

Amontoados em centros urbanos, metade da população mundial vive em áreas urbanas e dessas, um terço vive em favelas e em assentamentos informais. Segundo estimativa da ONU, acredita-se que até o ano de 2050, mais de 70% da população mundial estará vivendo em cidades. Diante dessa realidade, é inevitável a pergunta acerca da legitimidade ética e da sustentabilidade planetária de tal modelo de desenvolvimento econômico.

1.3 Da espoliação à sustentabilidade – a busca de um novo modelo de desenvolvimento econômico

O modelo de desenvolvimento econômico vigente após a industrialização promove o consumo desenfreado e irresponsável, espoliando a terra até suas entranhas, a uma velocidade tal que lhe esgota os recursos e a capacidade de renovação de suas fontes energéticas.

A viabilidade de tal modelo de desenvolvimento econômico (tanto ocidental quanto socialista) começa a ser questionado ainda na década de 50 por aqueles e aquelas que perceberam seu impacto tanto no meio ambiente, quanto na qualidade de vida das pessoas, bem como no aumento da pobreza no mundo.

⁵ Para entender como o desenvolvimento da cidade de São Paulo interferiu no curso de seus rios, assista ao vídeo “Entre rios” – a urbanização de São Paulo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>

Desastres ambientais como o fenômeno “Smog⁶” em 1952, na Inglaterra, o derramamento de mercúrio na Baía de Minamata, no Japão em 1959, a obra *Silent Spring* de Rachel Carson, em 1962, deram início ao movimento ambientalista, preocupado em denunciar e combater as práticas degradantes do meio ambiente e que afetavam negativamente a vida das pessoas e dos ecossistemas (BURSZTYN, 2001, p.07).

Em 1968 surge na Itália o Clube de Roma, constituído por cientistas, acadêmicos, economistas, industriais e membros de instituições públicas de “países desenvolvidos” preocupados em alertar para os riscos do modelo de desenvolvimento econômico vigente e ainda analisar, discutir e encaminhar mudanças com relação aos impactos ambientais no planeta causados pela ação humana. Em 1972 (PORTILHO, 2010) o Clube de Roma publica o documento “*Os limites do crescimento*” onde elenca 05 fatores que contribuiriam para um crescimento insustentável do planeta.

O ano de 1972 também inaugura a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente ou Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, pela ONU, que incluiu, definitivamente, a temática ambiental na agenda internacional. Tal conferência visava mobilizar o mundo para a urgência de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico espoliador e insustentável e para a formulação de políticas públicas comprometidas com a amenização dos problemas ambientais, deflagradas por esse modelo.

Algumas das principais conquistas da Conferência de Estocolmo (LAGO, 2006, p.48) foram:

(...) a entrada definitiva do tema ambiental na agenda multilateral e a determinação das prioridades das futuras negociações sobre meio ambiente; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (UNEP, pelas iniciais em inglês); o estímulo à criação de órgãos nacionais dedicados à questão de meio ambiente em dezenas de países que ainda não os tinham; o fortalecimento das organizações não-governamentais e a maior participação da sociedade civil nas questões ambientais.

⁶ O fenômeno “Smog” foi um intenso nevoeiro tóxico que cobriu Londres em 1952 e fez milhares de vítimas. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Nevoeiro_de_1952 Acesso em 28/09/13.

O ano de 1987 marca a publicação do documento “Nosso Futuro Comum” ou Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU que, pela primeira vez, definiu o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo JACOBI, (1999) o Relatório Brundtland retoma a reflexão sobre os impactos do atual modelo de desenvolvimento, além de reacender o debate sobre a necessidade de um modelo sustentável de desenvolvimento, baseado numa nova postura ética de responsabilidade ambiental.

Outro importante passo na busca de conciliação entre desenvolvimento socioeconômico e a conservação e proteção dos ecossistemas terrestres, foi a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro em 1992. Destacam-se como resultado dessa conferência a consagração do conceito de desenvolvimento sustentável, a responsabilidade dos países desenvolvidos nos danos causados ao meio ambiente e a necessidade dos países em desenvolvimento receberem apoio financeiro e tecnológico para avançarem na direção do desenvolvimento sustentável, além da elaboração da Agenda 21⁷.

A Agenda 21 foi o principal documento produzido na ECO-92. Ela é um plano de ação global, com desdobramentos para as esferas nacionais e locais. Composta por 40 capítulos, a Agenda 21 pretende promover um novo padrão de desenvolvimento baseado na sustentabilidade. Tal objetivo, está representado no Capítulo 1, item 1.1 do documento:

A humanidade se encontra em um momento de definição histórica. Defrontamos-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas a meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável⁸.

⁷ Termo ECO-92. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Eco-92> Acesso em 06/10/13

⁸ Agenda 21, Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Capítulo 1, item 1.1 Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap01.pdf Acesso em 06/10/13.

Conforme SILVA (2010), apesar de todos os avanços das últimas décadas, no sentido de alertar para a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico vigente e a incansável busca da promoção global de uma forma sustentável de desenvolvimento, ainda há muita insistência nesse modelo desenvolvimentista predatório. O relatório da ONU “Vivendo além dos nossos limites”, deixa claro que o único legado de tal modelo será o da destruição do planeta e o da impossibilidade da sobrevivência das próximas gerações:

O cerne desta avaliação constitui um aviso simples, mas primordial: as atividades humanas estão exaurindo as funções naturais da Terra de tal modo que a capacidade dos ecossistemas do planeta de sustentar as gerações futuras já não é mais uma certeza. (...) Neste período de consumo sem precedentes das provisões gentilmente oferecidas por nosso planeta, chegou a hora de verificar as contas e é isso que esta avaliação fez. Ela constitui um balanço que, sobriamente, aponta muito mais números em vermelho no final das contas. (...) Quase dois terços dos serviços oferecidos pela natureza à humanidade estão em rápido declínio em todo o mundo. (...) Em muitos casos, estamos literalmente vivendo uma “prorrogação de jogo” (...) Os custos disso já se fazem sentir, geralmente por aqueles que estão longe de se beneficiar desses serviços naturais. Se não nos conscientizarmos de nossa dívida e evitarmos que ela aumente, colocaremos em perigo os sonhos de cidadãos em todo o mundo de acabar com a fome, a pobreza extrema e doenças.

A terra espoliada grita e no seu gritar, gritam também todos os seus habitantes, a flora e a fauna. Alguns sofrem ou sofrerão primeiro as consequências de um modelo que antagoniza desenvolvimento e sustentabilidade. Por isso, o desafio do presente século é recriar e reverter, a tempo, um modelo que compreenda de forma interligada sustentabilidade e desenvolvimento nas suas mais variadas dimensões, construindo um paradigma de desenvolvimento econômico indissociável da compreensão de sustentabilidade planetária.

1.4 Definindo sustentabilidade

“Estamos vivendo como se tivéssemos mais de um planeta terra à nossa disposição” (James Leape, Diretor Geral da rede WWF)

Definir Sustentabilidade não é tarefa fácil. Inúmeros pesquisadores debruçaram-se sob a temática nas últimas décadas, sob os mais variados aspectos, alcançando múltiplas concepções.

O dicionário Houaiss descreve o termo “*sustentabilidade*” como característica ou condição do que é sustentável. Já o termo sustentável é descrito como *o que pode ser sustentado; passível de sustentação* e traz o termo *insustentável* como *antônimo de sustentável*.

Conscientes dos objetivos da pesquisa, a saber, a análise da prática ambiental de determinada escola, bem como as implicações do modelo vigente e a gênese de modelos de Escolas Sustentáveis, importa aqui a abordagem do termo sustentabilidade considerando a esfera da educação na sustentabilidade.

O conceito sustentabilidade (Capra, 2005) foi introduzido no início da década de 80 por Lester Brown, fundador do Worldwatch Instituto, que definiu comunidade sustentável como a que é capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras. No entanto, o termo entra para a agenda global em 1987, a partir do já mencionado “Relatório Brundtland” que liga o termo *sustentabilidade* ao conceito de *desenvolvimento sustentável*, definindo-o da seguinte maneira:

(...) O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades⁹.

O teólogo e filósofo Leonardo Boff (2012) amplia o conceito de sustentabilidade ao afirmar que:

⁹ (...) Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs. (Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development <http://www.un-documents.net/ocf-02.htm>, (tradução nossa)

(...) Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução, e coevolução.

Para Boff, portanto, o conceito de sustentabilidade definido pelo Relatório Brundtland precisa, necessariamente, ser ampliado. Para tanto, considera dois pontos como fundamentais: o abandono da visão antropocêntrica de sustentabilidade que considera o ser humano como soberano em relação aos outros seres e o planeta e a inclusão dos outros seres vivos quando se pensa sustentabilidade, reconhecendo-os como igualmente importantes.

O ecossocioeconomista Ignacy Sachs (2007) pergunta pela definição de sustentabilidade:

Devemos nos limitar a uma interpretação estritamente ecológica da noção de sustentabilidade ou levar em conta todos os seus aspectos (éticos, sociais, econômicos, etc) do desenvolvimento?

E Sachs (apud MENDES) mesmo, arrisca-se numa definição de desenvolvimento sustentável que tem suas bases nos pilares social, econômico e ambiental, afirmando que o desenvolvimento deve ser considerado como um processo de aprendizagem social, como a capacidade crescente de uma comunidade ou de uma nação, em primeiro lugar de projetar metas que estejam de acordo com uma série de valores aceitos.

Para Sachs o conceito de sustentabilidade é bastante amplo, envolvendo 05 dimensões:

1) Social: diz respeito ao princípio da equidade ou da diminuição do abismo entre ricos e pobres,

2) Econômica: refere-se ao gerenciamento ou gestão mais eficiente dos recursos,

3) Ecológica: está ligada à capacidade de carga do planeta, como limitação e uso de combustíveis fósseis, redução do volume de resíduos e

poluição, autolimitação no consumo material, tecnologia de baixo teor de resíduos e normas para uma adequada proteção ambiental.

4) Espacial: refere-se a uma configuração rural/urbana mais equilibrada,

5) Cultural: está ligada às mudanças ajustadas à especificidade de cada contexto sócio-ecológico.

Sachs (2002) considera as diversas esferas que perpassam, constroem e interferem nas relações humanas e nas relações dos seres humanos com a terra. Para o ecossocioeconomista o modelo de desenvolvimento deve combinar economia e ecologia na busca de um mundo sustentável, onde compete às ciências sociais a articulação de estratégias de transição em direção a esse caminho. E esse modelo de desenvolvimento sustentável deveria ainda estar permeado pelo conceito de economia da permanência¹⁰, onde a satisfação das genuínas necessidades, autolimitadas por princípios que evitam a ganância, caminha junto com a conservação da biodiversidade.

Já o pesquisador Pedro Jacobi, no artigo Meio Ambiente Urbano e Sustentabilidade (1997), chama a atenção para as implicações de um modelo de desenvolvimento sustentável:

(...) a noção de desenvolvimento sustentável leva à necessária redefinição das relações sociedade humana/natureza e, portanto, a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório.

Loures (2009, p.04) compreende sustentabilidade numa relação intrínseca com desenvolvimento. Para ele, sustentabilidade hoje é:

(...) o novo nome do desenvolvimento, incluindo suas várias dimensões: econômica, social, cultural, físico-territorial e ambiental, político-institucional, científico-tecnológica e, para alguns, principalmente espiritual.

O conceito de sustentabilidade está ligado à questão ambiental, mas não pode ser reduzido a ela (LOURES, 2009, p.59), pois é uma temática que está vinculada à cultura, à sociedade e ao próprio ser humano e também está ligada ao compromisso social e relacionada com o processo participativo dos indivíduos na construção da sociedade.

¹⁰ Conceito desenvolvido pelo economista indiano e discípulo de Gandhi J. C. Kumarappa.

Para o físico Fritjof Capra (2013) construir sociedades sustentáveis dependerá do nível de alfabetização ecológica dos seres humanos, ou seja, da capacidade de compreender os princípios de organização que os ecossistemas desenvolveram para manter a teia da vida. Como a principal característica da biosfera é sua capacidade intrínseca de manter a vida, uma comunidade humana sustentável deve ser planejada de modo que os estilos de vida, negócios, atividades econômicas, estruturas físicas e tecnologias não interfiram nessa capacidade da natureza de manter a vida. Esse entendimento de sustentabilidade está amparado no conceito de ecologia profunda que não separa o ser humano do ambiente, pelo contrário, percebe o mundo como uma rede de fenômenos interligados e interdependentes, reconhecendo o valor intrínseco de todos os seres vivos e encarando o ser humano, simplesmente, como um dos filamentos da teia da vida.

Portanto, um conceito de sustentabilidade afinado com um modelo de desenvolvimento sustentável, caracteriza-se pelo recriar das relações humanas nas suas mais variadas esferas (política, econômica, cultural, social, etc...) e, passa pelo reinventar-se humano, onde os seres humanos conscientes das consequências do seu interferir/agir no mundo, passam a conduzir sua ação no mesmo pelo norte da conduta ética, corresponsável e comprometida com o bem da terra, dos outros seres humanos, dos animais, das plantas, do cosmo, das futuras gerações e de si mesmo e ***não somente a partir de si***¹¹.

Além disso, retomando Jacobi, a ideia de sustentabilidade implicaria numa necessária definição dos limites das possibilidades de crescimento, além de uma política de desenvolvimento na direção de uma sociedade sustentável que leve em conta as dimensões culturais, as relações de poder e que reconheça como finitos (***e não nossos***¹²) os recursos naturais.

¹¹ Grifo nosso.

¹² Grifo nosso.

2 Da relação entre sociedades sustentáveis e educação na sustentabilidade – retomando os caminhos da educação ambiental

Toda educação é educação ambiental [...] com a qual por inclusão ou exclusão ensinamos aos jovens que somos parte integral ou separada do mundo natural. (Centro de Ecoalfabetização de Berkeley)

2.1 Educação Ambiental, como tudo começou?

As crescentes catástrofes ambientais, a partir da década de 50, passaram a mobilizar a comunidade internacional para a temática ambiental que inicia um processo de reflexão sobre medidas a serem tomadas a fim de sensibilizar os seres humanos para a necessidade de repensar suas relações com os outros seres humanos e com a natureza, dando início ao que hoje se denomina Educação Ambiental.

De acordo com Loures (2009) foi em 1965, durante a Conferência de Educação da Universidade de Keele, em Londres que o termo Educação Ambiental foi utilizado pela primeira vez. Tal conferência recomendou que a Educação Ambiental deveria se tornar uma parte essencial da educação de todos os cidadãos.

A discussão prossegue e em 1972 cria-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), firmado na Conferência de Estocolmo, reafirma a recomendação de ênfase à educação ambiental. É nessa mesma conferência que foi assinada a Declaração da ONU sobre o Ambiente Humano, que no seu artigo 19 frisa a importância de educar jovens e adultos para as questões ambientais (CZAPSKI, 1998, p. 27):

É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, dispensando a devida atenção aos setores menos privilegiados, para assentar as bases de uma opinião pública bem informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente em toda a sua dimensão humana.

Em 1975 a UNESCO promove a Conferência de Belgrado. Nessa conferência foram formulados princípios e orientações para um programa de Educação Ambiental, definindo-se da seguinte forma o objetivo da mesma (MARCATTO, 2002):

(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam.

Em Belgrado cria-se o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), definindo-se que essa deveria ser continuada, multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para os interesses nacionais. Além disso, este encontro originou o documento “Carta de Belgrado” que fala da necessidade de uma ética global aonde nenhuma nação venha a se desenvolver às custas de outra, além de afirmar a necessidade da juventude receber um novo tipo de educação¹³ e finaliza com a proposta para um programa mundial de Educação Ambiental.

Em 1977 ocorre a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi realizada na ex-União Soviética, onde se define a Educação Ambiental como:

(...) uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente por intermédio de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade¹⁴.

¹³ Trecho da Carta de Belgrado: *"Governantes e planejadores podem ordenar mudanças e novas abordagens de desenvolvimento que possam melhorar as condições do mundo, mas tudo isto não se constituirá em soluções de curto prazo, se a juventude não receber um novo tipo de educação. Isto vai requerer um novo e produtivo relacionamento entre estudantes e professores, entre escola e comunidade, entre o sistema educacional e a sociedade. É nesse sentido que devem ser lançadas as fundações para um programa mundial de Educação Ambiental que torne possível o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, visando à melhoria da qualidade ambiental e, efetivamente, à elevação da qualidade de vida para as gerações presentes e futuras".* Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/A_implanta%C3%A7%C3%A3o_da_EA_no_Brasil.pdf

¹⁴ Parâmetros Curriculares Nacionais, Meio Ambiente e Saúde, p.229. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf> Acesso em 12/10/13.

A Conferência de Tbilisi define ainda a Educação Ambiental como um processo de caráter (CZAPSKI, 1998, p.29):

- a) Dinâmico integrativo: a Educação Ambiental foi definida (...) como "um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os torna aptos a agir - individual e coletivamente - e resolver problemas ambientais".
- b) Transformador: a Educação Ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes. Objetiva a construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e a adoção de novas posturas individuais e coletivas em relação ao ambiente. A consolidação de novos valores, conhecimentos, competências, habilidades e atitudes refletirá na implantação de uma nova ordem ambientalmente sustentável.
- c) Participativo: a Educação Ambiental atua na sensibilização e conscientização do cidadão, estimulando a participação individual nos processos coletivos.
- d) Abrangente: a importância da Educação Ambiental extrapola as atividades internas da escola tradicional; deve ser oferecida continuamente em todas as fases do ensino formal, envolvendo ainda a família e a coletividade. A eficácia virá na medida em que sua abrangência vai atingindo a totalidade dos grupos sociais.
- e) Globalizador: a Educação Ambiental deve considerar o ambiente em seus múltiplos aspectos e atuar com visão ampla de alcance local, regional e global.
- f) Permanente: a Educação Ambiental tem um caráter permanente, pois a evolução do senso crítico e a compreensão da

complexidade dos aspectos que envolvem as questões ambientais se dão de modo crescente e continuado, não se justificando sua interrupção. Despertada a consciência, ganha-se um aliado para a melhoria das condições de vida no planeta.

A Conferência de Tbilisi é considerada um marco positivo na trajetória da Educação Ambiental, pois foi deste encontro que saíram as principais definições, objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados mundialmente.

Os objetivos da educação ambiental definidos a partir da Conferência de Tbilisi foram:

- a) o desenvolvimento de consciência e sensibilidade entre indivíduos e grupos sobre problemas locais e globais;
- b) o aumento de conhecimentos que possibilitem uma maior compreensão sobre o ambiente e seus problemas associados;
- c) mudanças de atitudes e valores que encorajem sentimentos de preocupação com o ambiente e motivem ações que o melhorem e o protejam;
- d) o desenvolvimento de capacidades que possam ajudar indivíduos e grupos a identificarem e resolverem problemas ambientais;
- e) a promoção de participação, que essencialmente significa envolvimento ativo em todos os níveis da proteção ambiental (CZAPSKI, 1998).

Medina retoma o conceito de Educação Ambiental como processo que propicie criticidade, desenvolva valores e desencadeie atitudes a favor da construção de sociedades sustentáveis. Para Medina (2001, p.17) o papel da Educação Ambiental

[...] consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais deve ter como objetivos a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

A pauta da sustentabilidade permanece e em 1992 o Rio de Janeiro sedia a ECO-92 que resultou na Agenda 21, documento que estabeleceu a importância do compromisso de cada país em refletir global e localmente sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

Marcatto (2002, p.14) cita o Capítulo 36 da Agenda 21, para definir a Educação Ambiental como o processo que busca:

(...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos.

Portanto a Agenda 21 amplia o campo de ação da Educação Ambiental e fortalece o compromisso com a formação de uma população consciente de sua responsabilidade ambiental e planetária.

2.2 Educação ambiental no Brasil

O processo de institucionalização da educação ambiental no governo federal brasileiro inicia com a criação, em 1973, da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior que tinha como parte de suas atribuições, “o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente”. A SEMA foi responsável pela capacitação de recursos humanos e a sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais¹⁵.

De acordo com Czapski (1998) é de 1977 o primeiro documento oficial do governo brasileiro sobre a temática ambiental. Intitulado Educação Ambiental e assinado pela SEMA e pelo Ministério do Interior, o documento define que “o objetivo específico do processo de Educação Ambiental é “criar

¹⁵ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf> Programa Nacional de Educação Ambiental. Acesso em 12/10/13 p. 22.

uma interação mais harmônica, positiva e permanente entre o homem e o meio criado por ele, dum lado e o que ele não criou, de outro" e que, para isso, se deveria "considerar o ambiente ecológico em sua totalidade: o político, o econômico, o tecnológico, o social, o legislativo, o cultural e o estético; na educação formal." O documento busca ainda tratar a Educação Ambiental em caráter interdisciplinar ao citar que "não poderá ser mantida a tradicional fragmentação dos conhecimentos ministrados através de disciplinas escolares consideradas como compartimentos estanques."

Mas é a década de 80 que marca grandes avanços na legislação ambiental no Brasil. Em 1988 é promulgada a Constituição Federal, tendo o seu capítulo VI inteiramente dedicado ao meio ambiente. Cita o artigo 225:

"Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, e preservá-lo, para o bem das atuais e futuras gerações".

E o Inciso VI do capítulo VI incumbe ao poder público a tarefa de "promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente". Desta forma, cria-se a obrigatoriedade da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como se define que cabe ao Poder Público a tarefa da conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Em agosto de 1981 é promulgada a Lei Federal nº 6.938/81 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente e que amplia o direito "a educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente"¹⁶.

Mas como documentos de referência no tocante a Educação Ambiental no Brasil destacam-se a Lei Nº 9795/99, o Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global, a Carta da Terra e as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Ambiental.

¹⁶ Conforme Inciso X do capítulo 2º da Política Nacional do Meio Ambiente.

Em 1999 é criada a Lei Nº 9795/99¹⁷ que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto 4.281/2002 que reafirma os principais pontos da Lei 9795/99. Conforme o Artigo 2º da Lei 9795/99 a educação ambiental é “um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Além disso, educação ambiental no Artigo 1º é entendida como:

(...) os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Portanto, a partir da referida lei a Educação Ambiental é compreendida como uma prática educativa integrada, de caráter contínuo e permanente, perpassando todos os níveis e modalidades do ensino formal. Além disso, ela é um componente essencial e permanente da educação nacional, sem a intenção de ser uma disciplina específica no currículo de ensino, mas fazendo-se presente em todas as matérias. O decreto estende a obrigatoriedade da Educação Ambiental para instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e outros órgãos públicos (desde federais até municipais), envolvendo entidades não governamentais, de classe, empresas, e meios de comunicação.

Já o Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global elaborado ONGs e Movimentos Sociais durante o Fórum Global, evento paralelo à Eco 92 destaca o comprometimento com uma educação ambiental que pretende ser política e transformadora visando a construção de sociedades sustentáveis.

Outro relevante documento da Educação Ambiental é a Carta da Terra¹⁸ que pretende sensibilizar os seres humanos para o fato de que, apesar

¹⁷ Lei Nº 9795/99 disponível na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm
Acesso em 15/10/13.

¹⁸ Em 1987 o Relatório “Nosso Futuro Comum” recomendou a elaboração de um documento que orientasse as nações para o compromisso com o desenvolvimento sustentável. O diálogo

de todas as suas diferenças e peculiaridades, a humanidade pertence a mesma família e a mesma comunidade terrestre. A Carta desafia a humanidade para a construção de uma sociedade comprometida com o bem estar de toda a família humana, superando a injustiça, a pobreza, o consumo desenfreado e os conflitos, chamando a humanidade para a construção de sociedades sustentáveis.

A Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental define no seu Artigo 8º como deve ser desenvolvida a Educação Ambiental:

(...) deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Além disso, no Artigo 6º, capítulo 01 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental consta que:

A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Além dos documentos acima citados e que são referência na Educação Ambiental no Brasil, cita-se ainda os Parâmetros Curriculares Nacionais produzidos pelo Ministério da Educação e Cultura que objetivando auxiliar os educadores e educadoras a inserir a temática da Educação Ambiental na formação dos seus alunos e alunas, incluíram o Meio Ambiente como tema transversal no Ensino Fundamental por meio de dois volumes. O primeiro, publicado em 1997 destina-se ao 1º e 2º ciclos do Ensino Fundamental e o segundo, publicado em 1998, destina-se ao 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental.

Os PCN's (BRASIL, 1997) tratam a temática ambiental de forma transversal, ou seja, pretendem inserir a Educação Ambiental em todas as áreas do conhecimento, promovendo a sensibilização dos estudantes para a urgência da construção de novas relações com o Meio Ambiente, a partir do desenvolvimento de novos valores e atitudes.

Portanto, trabalhar Educação Ambiental, tanto na educação formal quanto na informal é, do ponto de vista da sustentabilidade, imprescindível e do ponto de vista jurídico, totalmente cabível, pois a referida temática está seguramente amparada na legislação ambiental brasileira. Além disso, formar seres humanos comprometidos com uma ética global alicerçada em relações sustentáveis, tanto no tocante ao meio ambiente quanto em relação aos outros seres humanos e o planeta é um desafio de uma educação contextual que se entende comprometida com a geração atual, com o futuro das que estão por vir e, porque não dizer, com o recriar das relações com o planeta inteiro e com os seus seres. Logo, a Educação Ambiental concretiza e amplia seus objetivos por meio do educar na sustentabilidade que acontece nas redes das Escolas Sustentáveis.

3 “A ESCOLA DO MUNDO AO AVESSO”

“O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contra-escola.” (Eduardo Galeano)

“As demais espécies produzem resíduos. Mas, na natureza, os resíduos de uma espécie servem de alimento para outras. Nós somos a única espécie que produz lixo. Produzimos coisas que não servem para nada.” (Miriam Duailibi)

Numa sociedade em que as crianças crescem num ambiente dominado pelo consumo, coloca-se a urgência e o desafio da transição para escolas sustentáveis, pois, segundo Martins (2002):

Do consumo excessivo resulta desperdício e poluição. (...) A visão crítica desse momento nos permite compreender que não mais basta apenas tentarmos reduzir nosso consumo. Mais que isso, é preciso questionar como produzimos o que consumimos. Esse é de fato o enfrentamento que precisamos ter nesse momento e, criativamente, buscar uma produção ambientalmente sustentável, usando matéria-prima reciclável, por exemplo.

3.1 – Que escola é essa? Do currículo formal ao currículo oculto da “Escola do mundo ao avesso”

No pátio da escola as crianças correm de um lado para o outro na hora do intervalo. Algumas jogam futebol, outras, basquete e, outras brincam de pegar. Um menino deixa sua maçã intacta rolar pelo chão, desfazendo-se dela como se ela nunca tivesse estado na sua lancheira. O intervalo termina, deixando para trás um rastro de embalagens de sucos, iogurtes e biscoitos espalhados por todos os lados.

Esse é um relato de uma observação feita pela autora da pesquisa num intervalo numa conceituada escola de São Paulo. Intervalo que, por meio de

atitudes de descomprometimento e de resistência de grande parte dos estudantes com relação aos cuidados com o ambiente e com a comunidade escolar, contam um pouco sobre sua forma de ser e agir na sociedade.

As ações dos alunos revelam muito sobre sua forma de compreender e de colocar-se no mundo. Em outras palavras, o aspecto atitudinal dos e das estudantes no que diz respeito a sua responsabilidade para com o lixo produzido por eles na hora do lanche é extremamente revelador: **está intimamente ligado aos seus valores e sua compreensão de mundo.**

Mas de onde vêm os valores e a compreensão do mundo dos e das estudantes? Se a escola é por excelência espaço de formação e aprendizagem, de que forma ela tem formado e ensinado as nossas crianças e jovens?

Sabe-se que a escola não ensina apenas pelo seu currículo formal, ou seja, aquele que Silva (2009) caracteriza como o *“currículo que se materializa dentro da sala de aula com professores e alunos a cada dia em decorrência de um projeto pedagógico ou plano de ensino”*¹⁹. É claro que esse também educa e transforma os educandos, no entanto, é imprescindível que se reflita e considere o papel educativo ou força educadora do currículo oculto, aquele que segundo Moreira e Candau (2007):

(...) envolve, predominantemente, atitudes e valores transmitidos, subliminarmente, pelas relações sociais e pelas rotinas do cotidiano escolar. Fazem parte do currículo oculto, assim, rituais e práticas, relações hierárquicas, regras e procedimentos, modos de organizar o espaço e o tempo na escola, modos de distribuir os alunos por agrupamentos e turmas, mensagens implícitas nas falas dos(as) professores(as) e nos livros didáticos. São exemplos de currículo oculto: a forma como a escola incentiva a criança a chamar a professora (tia, Fulana, Professora etc); a maneira como arrumamos as carteiras na sala de aula (em círculo ou alinhadas); as visões de família que ainda se encontram em certos livros didáticos (restritas ou não à família tradicional de classe média).

Segundo Jackson (apud CAPRA, 2006) além da escola transmitir conhecimentos, ela transmite normas e valores que podem ser intencionais ou

¹⁹ FONTE: <http://renatanatyale.blogspot.com.br/2012/10/o-curriculo-realoculto-e-o-prescritivo.html> Acesso em 13/02/14

não, mas que de toda forma, estará possibilitando experiências a comunidade escolar e construindo aprendizagens.

Portanto, o currículo oculto das escolas revela muito sobre os seus valores e sua compreensão de educação, pois a escola educa pela palavra e pela ação. Educa desde a constituição de seus alicerces até o modo como professores e funcionários são tratados pela direção da escola e referem-se uns aos outros. A escola ensina pela composição das tintas de suas paredes, pelos materiais utilizados e disponibilizados para as aulas, pela forma como a água é desperdiçada ou reutilizada.

A escola pode ser considerada um espaço do saber em ação, ou seja, um espaço em que o aluno aprende pelo ouvir, mas também pelo ver e pelo sentir. Em outras palavras, o que aprenderá um aluno que escuta o professor falar sobre a necessidade de cuidar e zelar pelo meio ambiente, mas vê esse mesmo professor usando todos os dias copos descartáveis para beber água ou tomar seu cafezinho no intervalo?

Percebe-se que a realidade escolar aponta para a inquietante descontinuidade e fragmentação do próprio currículo escolar que, muitas vezes, ensina conteúdos que não encontram correspondência e sentido no universo das crianças e jovens e, dessa forma, não sensibilizam e nem interferem no seu aspecto atitudinal. Além disso, muitas das práticas recorrentes no universo escolar, protagonizadas pelos próprios professores e gestores, se mostram incompatíveis com a concepção de escolas sustentáveis e carentes de uma reflexão que as reorienta para os desafios da contemporaneidade no que tange à sustentabilidade.

Portanto, falar sobre práticas sustentáveis ou escola sustentável é refletir sobre o papel educativo da escola, considerando o currículo formal, o real e a força educadora do currículo oculto.

3.2 - Sobre a insustentabilidade da “Escola do mundo ao avesso”

Muitas das práticas escolares hoje refletem o que Eduardo Galeano (2009) chamou de escolas do mundo ao avesso, pois são :

(...) Insustentáveis por não satisfazer as necessidades de aprendizagem do presente e assim comprometer o futuro, elas são ambientalmente incorretas, pois desperdiçam não só energia e água, mas também talentos, confinando crianças em espaços fechados, restringindo as oportunidades de criar, decidir, cooperar, movimentar-se; socialmente injustas, pois dificultam o acesso e produzem o fracasso dos mais vulneráveis, além de negligenciar o cultivo do entendimento mútuo e da não violência; economicamente inviáveis, pois não preparam os jovens para atuar de forma cidadã, melhorando sua vida e o mundo.

O ciclo da insustentabilidade escolar só será modificado quando as práticas recorrentes e insustentáveis forem trazidas para o plano consciente, a fim de serem repensadas e modificadas em prol de uma educação comprometida com a sustentabilidade planetária.

Para tanto, é necessário um olhar apurado e comprometido que desvele tais práticas insustentáveis.

3.2.1) Desvelando práticas insustentáveis – o E.V.A nosso de cada dia

O uso do E.V.A (ETIL-VINIL-ACETATO) tornou-se recorrente no universo escolar, especialmente na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Apesar de seus fabricantes afirmarem que esse material é atóxico, ele exala um cheiro que pode provocar reações alérgicas e dores de cabeça, portanto, há controvérsias no que diz respeito a possíveis riscos à saúde causado por ele.

Em 2012 tapetes de E.V.A foram retirados do mercado em alguns países da Europa por conterem substância cancerígenas utilizadas na sua coloração. Além disso, é imprescindível pensar no destino do E.V.A após seu uso na rotina escolar, pois ele é um derivado do petróleo e uma vez moldado não tem como remodelar. Ou seja, seu destino é o aterro sanitário, onde demorará mais de 200 anos para se decompor. Um outro possível destino seria o seu reaproveitamento em artesanato ou na fabricação de placas usadas em construção, junto com outros materiais. (Shirts; Tada)

3.2.2) Copos descartáveis, cultura do descarte

O currículo oculto das escolas revela muito sobre os seus valores e sua compreensão de educação, mais do que hábitos comuns estão formando os valores e a forma das crianças se relacionarem com a natureza e uns com os outros.

Considerando que uma escola tem 300 alunos, 100 professores e 50 funcionários e que de segunda a sexta-feira a comunidade escolar utilize dois copos descartáveis diariamente para ingerir líquidos, ao final de um dia terão sido descartados 900 copos. Em uma semana serão utilizados 4.500. Em um mês essa escola descartará aproximadamente 18.000 copos e ao final de um ano²⁰ a escola terá sido autora do descarte de cerca de 162.000 copos plásticos.

Vale frisar que a referida projeção não considerou no seu cálculo o uso diário dos copos descartáveis usados no “cafezinho” e na cantina e no refeitório da escola o que ampliaria significativamente o impacto ambiental causado pelo “inocente” uso de copos descartáveis.

3.2.3) Sobre a água e a energia

O uso da água e da energia são indicadores da sustentabilidade ou da insustentabilidade da escola. Sendo assim, é fundamental considerar de que forma a escola faz uso desses recursos naturais, evitando seu desperdício e investindo numa educação que ensine pelo exemplo.

Portanto, os hábitos e as rotinas que perpassam e compõem o ambiente escolar, estão oferecendo ao aluno e aluna repertório para a formação de seus valores, bem como para a construção da sua compreensão do universo. Conscientes disso, desperta-se para o importante papel do currículo oculto, que ao lado do currículo formal e real, alimenta *a formação dos valores e a compreensão de educação da comunidade escolar como um todo*.

Assim sendo, compreendemos como uma das missões da escola o despertar para ações educativas que contribuam para uma nova ética educacional que considere o equilíbrio socioambiental e o comprometimento

²⁰ Os meses de dezembro, janeiro e julho não foram considerados por serem meses de férias escolares.

com as futuras gerações, pois somos responsáveis por aquilo que consumimos, bem como pelo destino dado aos resíduos resultantes desse consumo, uma vez que não é porque determinado resíduo está longe dos olhos de quem o produziu que ele deixará de existir.

4 Escolas Sustentáveis: reinventando a escola e a humanidade

Uma educação para a sustentabilidade é uma educação transformadora. (Érica Gallucci Miranda de Toledo)

Precisamos de um currículo que ensine a nossas crianças estes fatos fundamentais da vida: nenhum ecossistema produz resíduos, já que os resíduos de uma espécie são o alimento de outra; a matéria circula continuamente pela teia da vida; a energia que sustenta estes ciclos ecológicos vem do Sol; a diversidade assegura a resiliência; a vida, desde o seu início há mais de três bilhões de anos, não conquistou o planeta pela força, e sim através de cooperação, parcerias e trabalho em rede. (Fritjof Capra)

4.1 A urgência da reinvenção da escola – reinventando paradigmas

A escola que conhecemos herdou seu alicerce da sociedade ocidental moderna que, segundo Capra (1996) construiu seus paradigmas a partir de uma visão mecanicista do universo, da compreensão do corpo humano como máquina, da visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência, além da crença no progresso material sem limites que seria obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico e da inferiorização da mulher em relação ao homem compreendida como uma lei básica da natureza.

O cultivo desses paradigmas levou o ser humano ao que Beck (2011) chamou de “uma crise de ser no mundo”²¹, que se manifesta em toda sua plenitude; nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais auto destrutivas; e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas.

Tal cosmovisão teve eco nas práticas escolares, construindo verdades ancoradas nesses paradigmas e que contribuíram para uma educação tecnicista e para uma compreensão de currículo compartimentalizado²², para a

²¹ Para aprofundar-se na temática da “crise de ser no mundo” sugere-se a leitura do texto *Modernidade reflexiva e a sociedade de risco: o futuro da nova era social, da autoria de Claudia Maria Hanse e Cleide Calgaro. Disponível em http://huespedes.cica.es/gimadus/21/07_modernidade_reflexiva.html*

²² Nessa compreensão as disciplinas curriculares não se comunicam, produzindo saberes estanques.

manutenção de sociedades degradadoras do meio ambiente e portadoras de preconceitos em relação à mulher.

Nesse contexto, Jacobi adverte para a importância da humanidade auto examinar-se a fim de transformar seus paradigmas e agir de outra forma no mundo, impulsionada, principalmente, pela educação.

A humanidade chegou a uma encruzilhada que exige examinar-se para tentar achar novos rumos; refletindo sobre a cultura, as crenças, valores e conhecimentos em que se baseia o comportamento cotidiano, assim como sobre o paradigma antropológico-social que persiste em nossas ações, no qual a educação tem um enorme peso.

A compreensão antropocêntrica da ecologia que durante séculos considerou o homem como o ser mais importante do universo e compreendeu e tratou a terra com todos os seus ecossistemas como estando a serviço do seu bem estar, trouxe à humanidade o dilema de mudar ou extinguir-se.

Portanto, os desafios do século XXI requerem uma mudança de paradigma da insustentabilidade da atual forma de ser no mundo das sociedades contemporâneas para a sustentabilidade, mudança essa que passa necessariamente pela reinvenção da escola, da compreensão do papel da educação e de suas práticas educativas rumo ao que se compreende por “Escola Sustentável”.

4.2 Operacionalizando a Sustentabilidade Ecológica

Segundo Fritjof Capra (2006) a compreensão de sustentabilidade herdada da conferência da ONU²³ traz uma importante contribuição no tocante à definição de comunidade sustentável, no entanto, ela não diz nada com respeito a como construir uma comunidade sustentável. Capra defende a necessidade de uma definição operacional do que seja a sustentabilidade ecológica e acredita que a chave para essa definição operacional é

²³ Definição já citada no primeiro capítulo do corrente Trabalho de Conclusão de Curso (p.21) que retomamos agora nas palavras de Capra: Comunidade sustentável como “aquela capaz de satisfazer as suas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras”. (2006, p.13)

compreender que não temos que criar comunidades humanas sustentáveis a partir do zero, do nada.

Para Capra (2006) “uma comunidade humana sustentável terá que ser planejada de maneira tal que os seus estilos de vida, tecnologias e instituições sociais respeitem, apoiem e cooperem com a capacidade inerente da natureza de manter a vida”, ou seja, para ele, aprender sustentabilidade é lançar um olhar cuidadoso em direção aos ecossistemas naturais, os quais ele denomina comunidades sustentáveis de plantas, e também pode-se aprender com as sociedades que antecederam as gerações atuais e que durante séculos sobreviveram e sustentaram-se sem degradar a meio ambiente.

Mas para recriarmos as relações entre as sociedades atuais e o planeta, necessariamente, visita-se a casa da “Educação”, reinventando o seu papel profético transformador.

4.3 Como é afinal uma Escola Sustentável?

Todos sabemos da necessidade de recriarmos as nossas relações sob os mais amplos aspectos a fim de consolidarmos sociedades sustentáveis. Já a Carta da Terra nos alertava para a urgência de um novo começo, apostando na Educação como um de seus valores básicos para se alcançar sociedades sustentáveis por meio da recriação da relação humana com a terra, com a natureza e com todos os seres, conforme nos atesta seu item 14: “Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável”.

Mas para que isso aconteça é necessário repensarmos o papel da escola, conforme nos indica Monteiro:

Os desafios colocados para a consolidação de sociedades sustentáveis passam pela reavaliação do papel que a educação assume na formação de agentes promotores de novos paradigmas de relacionamento e convivência social. Sociedades sustentáveis se traduzem, em última instância, na construção de marcos de relacionamento pautados em valores, crenças e relações humanas que ampliem nossa capacidade de aprender em grupo. É a partir da capacidade de aprender com o outro que uma sociedade torna-se capaz de superar impasses e promover hábitos e comportamentos sustentáveis. Essas capacidades não nos são natas, mas podem ser fortalecidas por meio de ambientes educativos que estimulem jovens

e crianças a assumirem práticas e comportamentos inspirados em valores como amizade, respeito, liberdade, paz e cooperação.

Portanto, a recriação dos paradigmas que regem a sociedade passa impreterivelmente pela recriação da concepção da escola que percebe a urgência e a demanda de promover²⁴ a educação para e na sustentabilidade, o que aqui denomina-se “Escola Sustentável”.

Mas o que é uma Escola Sustentável? Segundo Moreira (2012) uma Escola Sustentável:

Trata-se de um local onde se desenvolvem processos educativos permanentes e continuados, capazes de sensibilizar o indivíduo e a coletividade para a construção de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e competências voltadas para a construção de uma sociedade de direitos, ambientalmente justa e sustentável. Uma escola sustentável é também uma escola inclusiva, que respeita os direitos humanos e a qualidade de vida e que valoriza a diversidade.

A Escola Sustentável (Moreira, 2012) prima pelo alinhamento entre fala e ação, ou discurso e prática, visando estimular o conhecimento, o compromisso e a participação efetiva e democrática de toda a comunidade escolar (professores, gestores, estudantes, seus familiares e comunidades) para a responsabilidade e o exercício consciente da cidadania sempre no princípio da respeitabilidade mútua, da empatia, do companheirismo, do apoio, da interação e do senso de coletividade e da organização em busca de melhorias e transformações. Para que isso ocorra, a Escola Sustentável vincula-se aos pressupostos pedagógicos do cuidado, da integridade e do diálogo.

Além disso, a Escola Sustentável caracteriza-se pela integração harmônica entre espaço físico, edificações sustentáveis e entorno, acessibilidade, racionalidade energética e adequada destinação dos resíduos.

Na Escola Sustentável currículo, gestão e espaço físico constituem uma unidade dinâmica e indissociável (Moreira, 2012):

²⁴ A palavra promover foi usada no sentido do de facilitar, possibilitar, recuperar, dar espaço, compartilhar, inquietar, problematizar, relacionar, reconhecer, envolver, comunicar, expressar, comprometer, entusiasmar, apaixonar, amar. Conforme Gutiérrez F. Ecopedagogia e Cidadania Planetária, p. 60.

O que se aprende nas aulas anima modificações nas práticas da escola, que, por sua vez, produz alterações no espaço físico. Essas alterações são objeto de estudo em sala de aula, gerando, dessa forma, uma corrente contínua de geração de conhecimentos e aplicação prática, tanto na escola como na comunidade do entorno.

Para Senge (2005) Escola Sustentável é uma escola inclusiva por acolher todas as pessoas de todas as idades estimulando-as ao diálogo permanente que alcança o bairro, a cidade e o mundo. É uma escola que estimulará o desenvolvimento da criticidade e do pensamento sistêmico.

Uma escola sustentável é, antes de mais nada, uma escola que aprende — onde todas as pessoas, de todas as idades, aprendem —, em diálogo permanente, que extrapola seus limites e envolve o bairro, a cidade, o mundo. Nela se desenvolve a criticidade e o pensamento sistêmico: “a consciência da complexidade, das interdependências, da mudança e do poder de influenciar.

Senge (2005) reafirma a necessidade da recriação das escolas para a sustentabilidade:

“Está ficando claro que as escolas podem ser recriadas, vitalizadas e renovadas de forma sustentável, não por decreto ou ordem e nem por fiscalização, mas pela adoção de uma orientação aprendente. Isso significa envolver todos do sistema em expressar suas aspirações, construir sua consciência e sua aspiração e desenvolver suas capacidades juntos. Em uma escola que aprende, pessoas que tradicionalmente não confiam umas nas outras reconhecem sua parte no futuro do sistema escolar e as coisas que podem aprender uns com os outros”.

Loures (2009) acredita que Escolas Sustentáveis estão comprometidas com o que Francisco Gutiérrez chamou de Ecopedagogia ou a Pedagogia para o desenvolvimento sustentável que acreditam numa formação do indivíduo em seis dimensões: formação para a vida, equilíbrio dinâmico, congruência harmônica, ética integral, racionalidade intuitiva e consciência planetária.

Conforme Gadotti (2000) a ecopedagogia propõe transformações nas estruturas e funcionamento dos sistemas de ensino e de currículo a partir da transição de uma concepção antropocêntrica de humanidade para uma consciência planetária que compreende o planeta como única comunidade, a Terra como mãe, a ternura para com a Casa Terra – endereço comum de toda

a humanidade, animais e natureza, a justiça sociocósmica, a importância de uma pedagogia que promove a vida (biófila), a concepção de que o conhecimento só é integral quando é compartilhado, a vida cotidiana compreendida como caminhar com sentido, o princípio da racionalidade intuitiva e comunicativa, a reeducação do olhar e do coração e a ampliação do ponto de vista dos seres humanos por meio de uma cultura da sustentabilidade ou ecoformação.

Já segundo Capra a definição de Escola Sustentável deriva de sua compreensão da terra como o lar comum da humanidade e dos ecossistemas com todos os seus seres e que busca, por meio do seu currículo, ensinar os princípios da **Alfabetização Ecológica**²⁵, que percebe o mundo como um todo interligado e considera como fatos fundamentais da vida: a inexistência da produção de resíduos pelos ecossistemas, uma vez, que os resíduos de uma espécie servem de alimento para outra, a contínua circulação da matéria pela teia da vida; o Sol como a fonte de energia que sustenta os ciclos ecológicos, a diversidade que assegura a resiliência; a ênfase na cooperação, nas parcerias e no trabalho em rede.

Capra acredita que a Alfabetização Ecológica deve se tornar um requisito essencial para políticos, empresários e profissionais de todos os ramos, e deveria ser uma preocupação central da educação em todos os níveis - do ensino fundamental e médio até as universidades e os cursos de educação continuada e treinamento de profissionais.

Para Capra um dos grandes desafios da educação no século XXI é desenvolver um currículo escolar que compreenda a urgência e a inevitabilidade de estimular o saber ecológico e a sustentabilidade planetária a partir da compreensão da Terra como lar comum da humanidade e de toda a natureza:

Ensinar esse saber ecológico, que também corresponde à sabedoria dos antigos, será o papel mais importante da educação no século 21.

Mas o que significa ser ecologicamente alfabetizado, ou eco-alfabetizado? Segundo Capra (1996) significa entender os princípios de

²⁵ Grifo nosso. Para saber mais sobre Alfabetização Ecológica e sobre educação para a sustentabilidade a partir de uma concepção sistêmica de educação acesse www.ecoliteracy.org

organização das comunidades ecológicas (ecossistemas) e usar esses princípios para criar comunidades humanas sustentáveis. O pesquisador defende a necessária revitalização de nossas comunidades educativas, comerciais e políticas, de modo que os princípios da ecologia se manifestem nelas como princípios de educação, de administração e de política.

Portanto, uma escola sustentável primará pela reavaliação do papel que a educação assume na formação de agentes promotores de novos paradigmas de relacionamento e convivência social, a partir dos desafios colocados para a consolidação de sociedades sustentáveis (Monteiro, apud Jacobi, 2010). Uma escola, segundo Jacobi, que incentivará a promoção de hábitos e comportamentos sustentáveis por meio do fortalecimento de ambientes educativos capazes de estimular crianças e jovens a assumirem posturas e comportamentos inspirados em valores como amizade, respeito, liberdade, paz e cooperação.

Pode-se incluir aqui a visão do Projeto Currículo Global no Brasil²⁶ acerca da transformação do currículo nas escolas, buscando contribuir para garantir sustentabilidade à vida na comunidade, na cidade, no país e no planeta que é o objetivo da Educação Global. A Educação Global (EDNIR, 2013) pretende:

(...) introduzir no ensino das Linguagens e Códigos, da Matemática, das Ciências Humanas e Naturais e suas tecnologias, de forma transversal: a consciência de que todos os seres humanos pertencem à mesma família e devem cooperar, pois dependem de um mesmo ambiente; o apreço pela diversidade de culturas, crenças, línguas, sotaques regionais e nacionais; a percepção de que pessoas e países estão interconectados, são interdependentes e o que afeta um, afeta todos.

Portanto, a compreensão de Escola Sustentável não se restringe a questão ambiental, mas abrange as dimensões social, econômica, política, cultural e espiritual.

A Escola Sustentável parte de um conceito de Educação que busca a recriação e a harmonização das relações entre os seres humanos e o meio ambiente com todos os seres e ecossistemas e que se percebe como agente

²⁶ Para saber mais sobre Educação Global acesse <http://www.cecip.org.br/images/materias/cg-ebook%20final.pdf>

desencadeador de transformação, de construção e de formação de seres humanos sensibilizados com a preservação da teia da vida e com a recriação de sociedades pautadas na sustentabilidade, o que podemos perceber na fala de Loures (2009):

Por isso mesmo, a mudança semântica de *Educação para a Sustentabilidade* para *Educação na Sustentabilidade* é resultado da compreensão de que a escola deve ser capaz de trazer valores e propiciar uma formação de base que prepare cidadãos aptos a pensar e construir aquilo que quiserem vir a ser, pautados por um comportamento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dilemas e impasses vividos pela sociedade contemporânea no que diz respeito à insustentabilidade de nosso estilo de vida e modelo de desenvolvimento econômico levou-nos a perguntar pelo papel da educação no tocante ao despertar para a busca e para a invenção de paradigmas ecologicamente viáveis e sustentáveis.

A presente pesquisa partiu da pergunta: “Que ser humano estamos formando, considerando a prática ambiental de nossas escolas?” Tal pergunta norteadora, direcionou a pesquisa, cujo objetivo geral foi observar a prática ambiental de determinada escola, e cujos objetivos específicos foram: refletir sobre as implicações de modelos insustentáveis de escola e sociedade por meio de um paralelo entre o estilo de vida consumista da sociedade atual, a insustentabilidade planetária e a urgência de reinvenção da escola a fim de que se tornem escolas sustentáveis e, conseqüentemente, fonte de novas práticas na sociedade.

Para tanto a mesma desdobrou-se em quatro capítulos. No primeiro capítulo a aproximação ao cerne da pesquisa ocorreu por meio do resgate do fragmento de histórias verídicas de crianças e adolescentes que vivem ou morrem nos lixões das cidades. Em seguida percorreu-se o caminho do fracasso e da insustentabilidade do modelo econômico da sociedade contemporânea por meio de um retrospecto histórico que culmina por apontar para a necessidade premente de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que respeite o planeta, seus habitantes e seus recursos. Nesse capítulo inicial, buscou-se ainda a definição do termo sustentabilidade desde o Relatório Brundtland até pesquisadores e pensadores como Sachs, Boff, Loures, entre outros.

O segundo capítulo teceu a relação entre sociedades sustentáveis e educação na sustentabilidade, resgatando o histórico do aparecimento da temática da Educação Ambiental no cenário internacional e, posteriormente o surgimento e a regulamentação da Educação Ambiental na legislação brasileira, por meio da Constituição Federal. Neste capítulo também

analisamos o que diziam os Parâmetros Curriculares Nacionais Meio Ambiente e Saúde (1997), os Parâmetros Curriculares Nacionais sobre Temas Transversais destinados ao terceiro e quarto ciclos (1998) e a Lei Nº 9795 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

O terceiro capítulo situou o objetivo geral da pesquisa, partindo da observação da prática dos alunos e alunas de uma escola de São Paulo no tocante a questão ambiental, revelando a relação entre currículo formal e currículo oculto na formação dos e das estudantes, bem como a manutenção de práticas ambientais insustentáveis e inquietantes. O que vimos aponta para a urgência da reinvenção da escola rumo ao que a autora chamou de Escola Sustentável.

A partir da observação da escola constatamos que, ainda há um longo percurso a ser percorrido e muito trabalho a ser feito até que a escola observada possa ser considerada como Escola Sustentável, pois, apesar dessa escola oferecer ótima estrutura física, possuir um corpo docente qualificado academicamente e incluir no seu projeto pedagógico a preocupação com a sustentabilidade planetária, a escola ainda carece de uma educação para a sustentabilidade que atinja verdadeiramente os alunos e alunas, bem como a comunidade escolar. Só assim estará provocando uma real mudança de hábitos e atitudes.

Na escola existem pequenas iniciativas e projetos que abordam a temática ambiental como o uso racional da água e da energia elétrica, esse último é chamado “A hora do Planeta”. Além disso, por toda a escola é possível observar coletores específicos para a realização da coleta seletiva do lixo, no entanto, na maioria das vezes, a comunidade escolar faz o descarte incorreto dos diferentes tipos de materiais, além do que, percebemos como prática comum das crianças o descarte do lixo no chão do pátio escolar ou das salas de aula. Ressaltamos também o uso indiscriminado de copos descartáveis no cotidiano escolar de alunos, professores e funcionários da escola.

Portanto, a observação da escola, remete para a urgência da reinvenção da escola e do seu papel na sociedade, rumo ao que se compreende por Escola Sustentável, tema este que foi estudado no quarto capítulo.

O quarto capítulo abriu uma janela para o vislumbamento de novas possibilidades no âmbito educacional ao propor a reinvenção da escola e da humanidade por meio das Escolas Sustentáveis, uma vez que vivemos um momento decisivo: mudar ou sucumbir.

Diferentes povos e sociedades ao longo dos séculos exploraram a terra e a compreenderam como fonte inesgotável de recursos. No entanto, a crise planetária atual escancara a dura realidade que temos que enfrentar: o envenenamento da mãe terra e a destruição dos seus ecossistemas. Tal crise coloca em xeque a lógica de desenvolvimento econômico baseada na produção de bens e consumo e chama à humanidade para o desafio de mudar ou extinguir-se.

Tal mudança passa necessariamente pela educação e pela reinvenção da escola rumo ao que se compreende por Escola Sustentável. A Escola Sustentável é compreendida aqui como um microcosmo transformador, ou seja, no seu interior, a terra é compreendida na lógica da partilha amorosa como a morada comum de todos os seres. A terra não é um produto. Ar puro e respirável é direito inalienável de todo e qualquer ser.

A Escola cria e recria a sociedade e, se pretendemos estender a morada humana na terra, precisamos urgentemente rever o tipo de seres humanos que nossas escolas estão formando.

Escola Sustentável é escola comprometida com a recriação da dança da vida, como o equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, é escola que aprende ao ensinar e ensina ao aprender. Escola Sustentável revê práticas curriculares, estimula a criticidade amorosa e comprometida com o bem comum, busca a integração entre currículo formal e currículo oculto, a fim de afinar fala e prática. Escola Sustentável é escola caminho de reinvenção e de reconstrução da humanidade. É Escola que aprende com as tragédias impostas pelo consumo desenfreado e todas suas consequências e arregaça as mangas e convida a todos para sonhar novos sonhos e gestar novas realidades.

Escola Sustentável é, enfim, escola que se reinventa e se descobre em rede de solidariedade, de novos projetos e impulsos. É Escola que em troca amorosa, religa um ser ao outro ser e, ao assim fazer, religa e refaz a teia da vida. Escola Sustentável, a escola que sonho.

“Sonho com uma escola empoderadora, uma escola que ao invés de dizer o que não fazer, descubra junto com o aluno o que fazer para resolver determinada situação ou dilema. Uma escola que desemparede as crianças do confinamento de nossas pesadas construções e lhes devolva o direito ao ar despoluído, a águas límpidas, a sentir a terra, a relva, a grama. Sonho com uma escola em que crianças e adultos aprendam juntos a cultivar seu próprio alimento e onde a horta, o pomar, o quintal sejam fontes de inesgotáveis experiências e aprendizagens. Sonho enfim, com uma escola que possibilite as crianças por meio do exemplo dos adultos a aprendizagem de que tudo está interligado e que cada escolha ou ação nossa terá uma consequência.”

REFERÊNCIAS

- A Carta da Terra. Disponível em : http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf Acesso em 17/10/2013.
- ALMEIDA, Fernando. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 2007.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo, Editora 34, 2011.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: tentativa de definição**. Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/15/sustentabilidade-tentativa-de-definicao/> Acesso em 07/10/13.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais : meio ambiente, saúde /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf> Acesso em 05/10/2013.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos: Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf> Acesso em 05/10/2013.
- BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do Rio: Índios contam o massacre de sua gente**. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1970.
- BURSZTYN, Marcel (org.) **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**, Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2001.
- CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo, Editora Cultrix, 2006.
- CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida**. São Paulo, Editora Cultrix, 1996.
- CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica: o desafio para a educação do século XXI**. Disponível em: http://vidaw.com.br/abp/wpcontent/uploads/2013/10/P_ALFABETIZA%C3%87%C3%30-ECOL%C3%93GICA.pdf Acesso em 28/09/2013.
- Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2012. Capítulo VI- DO MEIO AMBIENTE.
- CZAPSKI, Silvia. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília, Coordenação de Educação Ambiental, Ministério da Educação e do Desporto, 1998. Disponível em: <http://www.sjt.com.br/tecnico/gestao/arquivosportal/file/Educacao%20ambiental%20no%20Brasil%20-MEC.pdf> Acesso em 11/10/2013.
- Da Política Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em 15/10/2013.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental**. Disponível em: <http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em 17/10/2013.
- Documentário “Entre rios” – a urbanização de São Paulo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Fwh-cZfWNlc>

EDNIR, Madza (ORG.) **MANUAL DO CURRÍCULO GLOBAL Formando cidadãos planetários em escolas brasileiras.** Rio de Janeiro, CECIP, 2013, 176 p., recurso digital

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra.** São Paulo, Editora Peirópolis, 2000.

GALEANO, Eduardo. **De pernas pro ar: a história do mundo ao avesso.** Porto Alegre, Editora L&PM, 2000.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** 3ª Ed, São Paulo, Cortez : Instituto Paulo Freire, 2002 (Guia da Escola Cidadã).

HERCULANO, S. C. **Do desenvolvimento (in)sustentável à sociedade feliz.**

In: GOLDENBERG, M. (Coord.). *Ecologia, ciência e política.* Rio de Janeiro, Editora Revan, 1992. Disponível em:

<http://planetasustentavel.abril.com.br/album/manual-etiqueta-12-produtos-voce-achou-fossem-reciclaeis-nao-sao-749924.shtml> Acesso em 10/02/2014.

HOUAISS, A. e VILLAR, Mário de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Verbetes sustentáveis,** p. 1797. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2009.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente e Sustentabilidade: O complexo desafio da sustentabilidade.** p.177ss. In: *O município no século XXI: cenários e perspectivas.* ed. especial. São Paulo, 1999. Disponível em:

<http://michelonengenharia.com.br/downloads/Sutentabilidade.pdf> Acesso em 27/09/13.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: Cavalcanti, Clóvis (org.). *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas.* São Paulo: Cortez Editora, 1997.

JACOBI, Pedro. e LUZZI, Daniel. **Educação e Meio Ambiente – um diálogo em ação,** p.02. Disponível em <http://27reuniao.anped.org.br/gt22/t2211.pdf>

Acesso em: 15/03/2014.

JACOBI, Pedro. **Meio Ambiente, Educação e Cidadania: diálogo de saberes e transformação das práticas educativas.** In “Educação e Sustentabilidade – caminhos e práticas para uma educação transformadora”. São Paulo, Editora Evoluir, 2010.

LAGO, A.A.C. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: O Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasília, Editora Funag, 2006.

Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0356.pdf> Acesso em 28/09/2013.

Lei Nº 9795/99. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional De Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em 15/10/2013.

LOURES, Rodrigo Costa da Rocha. **Sustentabilidade XXI: Educar e inovar sob uma nova consciência.** São Paulo, Editora Gente, 2009.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios.** Belo Horizonte, FEAM, 2002. Disponível em:

http://www.feam.br/images/stories/arquivos/Educacao_Ambiental_Conceitos_Principios.pdf Acesso em 28/09/2013.

MARTINS, Leila Chalub. **Cuidar, cuidar-se: discutindo questões ambientais e o papel da escola.** In: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação:

formação de professores. Marilda Almeida Marfan (Organizadora). Brasília, MEC, SEF, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol3a.pdf> Acesso em 22/11/2013.

MEC. **Um pouco da história da Educação Ambiental**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf> Acesso em 10/10/13.

MEDINA, Naná Mininni. **A formação dos professores em Educação Ambiental**. In: Panorama da educação ambiental no ensino fundamental. Brasília, MEC/SEF, 2001. Disponível em:

http://graduacao.fael.edu.br/file.php/699/MATERIAL_COMPLEMENTAR_-_AULA_7/panorama_educacao.pdf Acesso em 08/02/2014.

MENDES, F.C.M. **Sustentabilidade no varejo: as práticas ambientais e suas implicações na consolidação da marca institucional**. São Paulo, 2012 Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-01082012-103710/pt-br.php>. Acesso em 07/10/2013.

MICHELETTI, Michele. **Politics, products, and markets: exploring political consumerism past and present**. New Brunswick, NJ, Editora Transaction, 2003.

MONTEIRO, Fernando. **Por que educar para a sustentabilidade?** In: Programa Escola Sustentáveis – Programa de Formação de Professores, p.23) Disponível em:

http://api.ning.com/files/jnGKJh3qfce3iMgEMTJ4RoSC0NfENyEvndlgfm8mfX*91numdEmwtGzwtR56EO8D3qxWCHOcL*WGU1hA*LBZkHGLAbbZZS/Apostila_EscolasSustentveis2012.pdf Acesso em 23/10/2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. **Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, MEC/ SEB, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf> Acesso em 16/02/14.

MOREIRA, Tereza. **Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, SEC, 2012. Disponível em http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/livreto_escola_sustentavel_isbn_final.pdf Acesso em: 11/05/2014.

NASCIMENTO, Simone. **Lixão: catadores disputam espaço com porcos e urubus na luta pela sobrevivência em Itabuna**. Disponível em: <http://www.diariobahia.com.br/noticias/2011-lixao-catadores-disputam-espaco-com-porc0s-e-urubus-na-luta-pela-sobrevivencia.html>. Acesso em 23/09/2013. Publicado em 04/05/2012.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo, Editora Cortez, 2010.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Pronea. Brasília, 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf> Acesso em 12/10/2013.

REDE E-SOLIDÁRIO. **Lar Alternativo Os Girassóis – Cuidando das Crianças do Lixão**. Disponível em: <http://blog.e-solidario.com.br/2012/07/lar-alternativo-os-girassois-cuidando-das-criancas-do-lixao>. Acesso em 23/09/2013. Publicado em 22/06/12.

SACHS, Ignacy. (Org. Paulo Freire Vieira) **Rumo a ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo, Editora Cortez, 2007.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2002.

SENGE, Peter. **Escolas que aprendem: um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação**. Peter Senge [et al.]; tradução Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre, Editora Artmed, 2005.

SHIRTS, Matthew e TADA, Karen. **Manual de Etiqueta: 12 Produtos que você achou que fossem recicláveis, mas não são**. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/album/manual-etiqueta-12-produtos-voce-achou-fossem-reciclaveis-nao-sao-749924.shtml> Acesso em 10/02/2014.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo, Editora Cortez, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2007.

Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentável e Responsabilidade Global. Disponível em: <http://www.aspea.org/TratadoEducAmbientInt7Abr.pdf> Acesso em 17/10/2013.

Verbete Consumismo. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Consumismo>. Acesso em 24/09/13.